
A indústria madeireira em Anita Garibaldi (SC): por uma perspectiva econômica e crítica da História Ambiental

Gil Karlos Ferri¹

Universidade Federal da Fronteira Sul
gilferri@hotmail.com

Samira Peruchi Moretto²

Universidade Federal da Fronteira Sul
samira.moretto@uffs.edu.br

Resumo: A paisagem do município de Anita Garibaldi, localizado na Serra catarinense, é resultado de intervenções humanas. Até o final do século XIX a região manteve-se com uma ocupação esparsa, habitada por criadores de animais, agricultores de subsistência e ocasionalmente por silvícolas. O processo de colonização iniciado em 1900 com a chegada de imigrantes italianos e seus descendentes, representou uma grande transformação para o local, intensificando sobremaneira os impactos na vegetação nativa da Floresta Estacional Decidual (FED) e da Floresta Ombrófila Mista (FOM). O presente trabalho pretende analisar os aspectos históricos e socioambientais da indústria madeireira no município de Anita Garibaldi no século XX. As diversas fontes mobilizadas nesta pesquisa foram analisadas por meio do viés teórico-metodológico da História Ambiental, sendo estas: documentos, relatórios de governo, legislações, periódicos, mapas, fotografias, entrevistas, entre outros devidamente referenciados.

Palavras-chave: Anita Garibaldi; Madeiras; Desmatamento; História Ambiental.

Abstract: The land scape of the municipality of Anita Garibaldi (SC) is there sul tof human intervention. By the end of the nineteenth century, the region remained with a sparse occupation, inhabited by livestock farmers, subsistence farmers and occasionally for forestry. The colonization process started in 1900 with the arrival of Italian immigrants and their descendants, it represented a major change to the site, greatly intensifying impact son native vegetation the Floresta Estacional Decidual (FED) and Floresta Ombrófila Mista (FOM). Thispaperdiscussesthehistoricalandenvironmentalaspectsofthetimberindustry in Anita Garibaldi municipality in the twentieth century. The various sources mobilized in this research were analyzed using the theoretical and methodological bias of Environmental History, which are: documents, government reports, laws, periodicals, maps, photographs, interviews, and other properly referenced.

Keywords: Anita Garibaldi; Timber; Deforestation; Environmental History.

Aspectos socioambientais da indústria madeireira

1 Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestrando em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul/ Campus Chapecó.

2 Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora da Universidade Federal da Fronteira Sul/Campus Chapecó.



O marco histórico para o município de Anita Garibaldi é o antes e o depois do período de aproveitamento industrial da madeira de araucárias, ocorrido de maneira mais intensa a partir da década de 1940.

Mapa 01 - Município de Anita Garibaldi e entorno geopolítico.



Fonte: IBGE. Mapa Político-Administrativo do Estado de Santa Catarina. 2007. Disponível em: <<ftp://geofpt.ibge.gov.br/mapastematicos/politico/sc.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2016.

Assim como a maior parte do Planalto Meridional Brasileiro, a região de Anita Garibaldi possui coberturas vegetais que fazem parte da Floresta Ombrófila Mista (FOM) e da Floresta Estacional Decidual (FED)³. Estas florestas fazem parte do bioma Mata Atlântica, ocorrendo normalmente em altitudes elevadas, afastadas das influências marítimas e com chuvas distribuídas durante o ano todo. A Floresta Ombrófila Mista (FOM) é caracterizada por ser um conjunto vegetacional com fisionomias peculiares, recebendo diversas denominações: floresta de pinheiros, pinheirais, pinhais, mata de araucária, entre outras. Classifica-se como uma vegetação intertropical, fazendo parte das formações florestais da

³ A denominação *Floresta Ombrófila Mista* refere-se à regularidade pluviométrica dos locais onde a vegetação ocorre (do grego, *ombrófilo* = “amigo da chuva”) e pela coexistência de espécies vegetais de *angiospermas* e de *coníferas*, sendo, então, uma floresta de composição mista. A denominação *Floresta Estacional Decidual* significa que as espécies vegetais passam por estações definidas de frio e calor (estacionalidade climática), ocasionando a perda de cerca de 50% das folhas (deciduidade). Fonte: IBGE. Manual técnico da vegetação brasileira. Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. Rio de Janeiro, 1991. p. 13.

Mata Atlântica⁴. A primitiva espécie *Araucariaangustifolia* destaca-se nesta vegetação. Em Anita Garibaldi, a maior parte da FOM está localizada na parte central do município, ao norte do rio Pelotas. Além da sua formação original em densas florestas – atualmente quase inexistentes -, as araucárias também ocorrem em meio ao estrato graminoso dos campos ou savanas, sendo indivíduos isolados, esparsos ou agrupados em capões. A Floresta Estacional Decidual (FED) ocorre principalmente nas margens dos rios e seus afluentes, em altitudes entre 500 e 650 metros. Originalmente esta floresta é constituída por dois estratos arbóreos distintos: um alto, chamado emergente, com altura variando de 25 a 30 metros; e outro, mais baixo, chamado dominado, de altura não superior a 20 metros. Entre as espécies presentes na camada emergente destacam-se a grápia, o angico, a canela-loura, o cedro, a timbaúva e o louro. Na camada dominada ocorre a canela-preta, a canela-amarela, a canela-guaicá e a guajuvira. Estes estratos coexistem com arbustos e arvoretas de espécies como o catiguá-vermelho, a laranjeira-do-mato, o cincho, a pimenteira e a grandíuva⁵.

O território que atualmente compreende o município de Anita Garibaldi possuía uma milenar ocupação humana por grupos indígenas que faziam uso da agricultura de subsistência, caça e coleta para sobreviver. No século XIX a região passou ser penetrada por luso-brasileiros, com uma ocupação esparsa. Porém, é a partir de 1900, com a chegada de migrantes de origem italiana, que as florestas locais foram intensamente devastadas.

Segundo José Afonso Zanoni, nascido em Nova Veneza (SC) e morador de Anita Garibaldi desde 1949, uma das primeiras serrarias da região foi instalada por Joaquin Ambrósio na localidade da Cachoeirinha – sendo depois vendida a Domingos Savaris. A ‘engenhoca’ - como era conhecida a serraria - serrava madeira por meio da força da água, sendo útil aos moradores locais que necessitavam de tábuas beneficiadas para a construção de suas moradias e demais feitorias⁶.

De acordo com Naziozeno Salmória, em 1944 os Irmãos Grassi de Curitiba (PR) compraram cerca de 300 mil pinheiros selecionados, isto é, de ótimo aproveitamento madeireiro. A compra foi intermediada pelo coronel Gasparino Zorzi, um importante líder político de Campos Novos. Após isso, a exploração em escala industrial destas araucárias foi

4 LEITE, Pedro Furtado; KLEIN, Roberto Miguel. Vegetação. In: IBGE. Geografia do Brasil: Região Sul, v. 02. Rio de Janeiro, 1990. p. 121.

5BAESA. Plano Diretor do Município de Anita Garibaldi – SC. Energética Barra Grande S.A., 2004. p.17-18.

6 ZANONI, José Afonso. Entrevista concedida a Gil Karlos Ferri. Anita Garibaldi, 27 de setembro de 2013. Acervo do autor.



executada pelos Irmãos Paese, oriundos da região da Paim Filho (RS), que no ano de 1956 compraram este extenso pinhal. Segundo Plínio Paese:

Nós começamos em 1956, quando compramos uma propriedade dos Irmãos Grassi, em Anita Garibaldi. Era composta de pinheiros que iam de Cerro Negro até perto de Celso Ramos. Mais de 200.000 (duzentos mil) pinheiros. Com uma serraria, começamos a cortar, serrar e mandar para Lages. Era muito difícil porque não havia estrada boa. A chuva interrompia os trabalhos e não havia energia elétrica. Foi um trabalho pioneiro⁷.

A escolha da região para a instalação da serraria se justificou pela abundância de araucárias que havia. Após a derrubada dos pinheirais no noroeste e nordeste do Rio Grande do Sul, diversos madeireiros migraram para a região de Anita Garibaldi. Assim também foi com os Irmãos Paese. Conforme Celso Paese:

As reservas de pinheiros em Lagoa Vermelha já estavam bastante comprometidas, assim, investir nessa região foi uma consequência natural. Mais tarde compramos outros pinhais com um número mais ou menos igual de pinheiros, também na região de Anita Garibaldi⁸.

Antes da instalação de serrarias no planalto serrano, e mesmo depois, existia na região uma relação distante e de mandonismo – isto é, abuso do poder – entre fazendeiros e caboclos. A vinda das serrarias significou para os caboclos uma possibilidade de tornarem-se trabalhadores livres, com uma remuneração mensal fixa, longe da precariedade financeira da fazenda, onde as relações eram pouco monetizadas. Em muitos casos, com a derrubada da mata pelos madeireiros que a compravam dos fazendeiros, muitos caboclos foram expulsos da terra e tornaram-se mão de obra assalariada nas serrarias⁹.

As serrarias eram normalmente construídas em meio aos densos pinheirais, onde se derrubavam as araucárias para aproveitamento madeireiro, como se pode observar na figura 01. Na sede urbana e no interior, as serrarias formavam núcleos de 20 a 50 casas de trabalhadores em média, sendo que o número de casas da vila operária variava de acordo com o tamanho e capacidade da produção instalada. Algumas dessas vilas possuíam estrutura semelhante a um pequeno povoado, com igreja, escola, salão de festas e armazém para atender a população do entorno.

7 PAESE, Plínio. Entrevista concedida a Cláudio Rogério Silveira. Lages, s.d. In: SILVEIRA, C. R. História da Indústria da Madeira: Serra Catarinense (1940 – 2005). Lages: Editora do Autor, 2005. p. 297.

8 PAESE, Celso. Entrevista concedida a Cláudio Rogério Silveira. Lages, s.d. In: SILVEIRA, op. cit., p. 299.

9 GOULARTI FILHO, Alcides. Formação Econômica de Santa Catarina. Florianópolis: Cidade Futura, 2002. p. 116.



Figura 01 - Madeireira Felipe Dexheimer & Filhos. Localidade de Vila Petri. Anita Garibaldi, década de 1960.



Acervo: Irania Dexheimer Wentz. Anita Garibaldi – SC.

Os trabalhadores das serrarias, provenientes dos núcleos urbanos ou das fazendas, foram atraídos pela atividade madeireira porque esta remunerava mais em comparação as outras atividades de mão de obra não especializada. Algumas mulheres também trabalharam nas serrarias, produzindo pequenas peças em madeira - cabos de vassoura, no caso da Madeireira Irmãos Paese Ltda. - e auxiliando na limpeza em geral¹⁰. Conforme relato de Irania Dexheimer Wentz, nas madeireiras de Anita Garibaldi as mulheres não costumavam trabalhar diretamente. Além de levar o café ou lanche aos trabalhadores por volta das 8h e 16h, a elas ficavam reservados os serviços domésticos, a criação dos filhos, a agricultura de pequenas lavouras e a coleta de lenha para o fogo.¹¹ Outra questão que merece atenção é o trabalho infantil, pois há evidências de que ocorria nas matas e nas serrarias.

A nomenclatura de diversas comunidades estava associada à atividade madeireira ou aos pinhais. A abertura de estradas, em muitos casos, também foi resultado da ação dos

10 SALMÓRIA, Naziozeno. Entrevista concedida a Gil Karlos Ferri e Mariana de Lorensi. Anita Garibaldi, 22 de junho de 2014. Acervo do autor.

11 WENTEZ, Irania Dexheimer. Entrevista concedida a Gil Karlos Ferri. Anita Garibaldi, 30 de agosto de 2013. Acervo do autor.

madeireiros, que necessitavam de novos caminhos em meio as florestas de araucárias para extraí-las e transportá-las para o beneficiamento na serraria.

Figura 02 - Madeireira Granzotto. Anita Garibaldi, 20 de janeiro de 1961.



Acervo: Osvaldo Padilha. Anita Garibaldi – SC.

O governo pouco investia em infraestrutura, tanto por impossibilidade de recursos, pessoal ou maquinário, como por omissão. Desta forma, os empresários madeireiros construíam pontes e estradas com seus próprios recursos. Eram investimentos de infraestrutura que beneficiavam não apenas os empresários, mas também a população local. A arrecadação do município cresceu com a presença dos madeireiros, porém, estes recursos arrecadados eram pulverizados entre infinitas necessidades locais.

Durante o século XIX e o início do século XX o tempo gasto no corte e derrubada das árvores era maior em razão do equipamento utilizado. Apesar da Alemanha fabricar um modelo de motosserra desde os primeiros anos do século XX, a motosserra portátil com motor a gasolina só foi utilizada na região serrana de Santa Catarina em fins da década de 1960. Durante o século XX as tecnologias disponíveis para o setor madeireiro foram se aperfeiçoando, possibilitando a redução de tempo na produção de madeira e dispensando demasiada mão-de-obra. O uso de máquinas, como tratores e motosserras eram diferenciados em cada serraria, sendo que os pequenos empreendimentos pouco acesso tinham a estes equipamentos. Todavia, com melhores estradas, uma possível via férrea e equipamentos mais

modernos já utilizados na Europa, a exploração das araucárias teria sido ainda mais rápida e a devastação ocorreria mais cedo na serra catarinense.

Não havia disponibilidade de energia elétrica que fosse suficiente para atender a demanda da crescente indústria madeireira. Na verdade, a própria sede urbana de Anita Garibaldi tinha uma energia elétrica instável, produzida por meio de uma pequena usina instalada no Lajeado dos Antunes. A tecnologia dos locomóveis e máquinas a vapor foram à saída adotada pelos madeireiros que não dispunham de energia elétrica para ‘tocar’ as serrarias e outras fábricas de beneficiamento¹².

A partir da década de 1960, sobretudo nas décadas seguintes, o transporte das toras passou a contar cada vez mais com equipamentos que otimizavam a produtividade de madeira. A madeira beneficiada para exportação, destinada principalmente para a Argentina e Europa, era estocada e despachada pelo porto de Itajaí (SC), sendo que alguns madeireiros utilizavam os portos de Porto Alegre (RS) e São Francisco (SC).

As outras madeiras de lei, também conhecidas como madeiras nobres (espécies de alto valor comercial), foram extraídas ao mesmo tempo em que os pinheirais eram derrubados. Porém, com a redução do número de araucárias, cada vez mais as espécies latifoliadas foram aproveitadas pela indústria madeireira.

De acordo com Ivanei de Lorensi, as principais espécies de madeira nobre da região de Anita Garibaldi eram: angico (designação comum a várias árvores dos gêneros *Piptadenia*, *Parapiptadenia* e *Anadenanthera*), cabriúva (*Myrocarpusfrondosus*), canela-lageana (*Ocoteapulchella* (Nees) Mez), canela-louro (*OcoteaDiospyrifolia*), cedro (*Cedruslibani*), açoita-cavalo (*Lueheagrandidiflora*), pessegueiro e marmeleiro – sendo estas espécies não frutíferas, e sim de valor para o extrativismo vegetal. Em razão da resistência dessas madeiras, eram vendidas para fábricas de móveis. O angico e a cabriúva eram chamadas de ‘madeiras de cerne’, sendo utilizadas como travas, palanques, pranchas para construção de pontes e na fabricação de carrocerias de caminhões. Existiam também as ‘madeiras de tabuado’, que eram espécies ditas não muito nobres, destinadas para a produção de tábuas; dentre as espécies estão: canela-guaicá (*Ocoteapuberula*), camboatá / pintado (*Mataybaeleagnoides*), canela-preta (*Ocoteacatharinensis*), sapopema (*Sloanearetusa*), juveve (*Zanthoxylumrhoifolium*), sucará (*Dasyphyllumspinescens* (Less) Cabrera), caúna (*IlexBrevicuspis*), carne-de-vaca (*ClethrascabraPers*), vassourão (*EupatoriumdiscolorSpreng*), bracatinga (*Mimosa scabrella*),

12 SILVEIRA, C. R. História da Indústria da Madeira: Serra Catarinense (1940 – 2005). Lages: Editora do Autor, 2005. p. 354.



corticeira (*Erythrina crista - galli L.*), leiteiro (*Sapiumglandulatum (Vell.) Pax*), guamirim (*Myrcia multiflora (Lam.) D.C.*), e pimenteira (*Schinusterebinthifolia*). A madeira destas espécies de pouco valor comercial servia, por exemplo, para a fabricação de caixotes para o transporte de cargas.

Segundo Elias Lameu Rodrigues, primeiramente o transporte da madeira beneficiada era realizado com caminhões reboque, e, em seguida, começaram a ser utilizados os caminhões *truck*, que tinham maior capacidade de carga. Os caminhões tinham que ser fortes, por isso se escolhiam caminhões das marcas Ford e Mercedes Benz. Cada viagem levava em média 35 dúzias de madeira, o equivalente a 420 tábuas de 5,40 m de comprimento. De modo geral, as serrarias contavam com caminhoneiros contratados para o transporte, podendo os caminhões serem da empresa ou não. Muitas madeireiras também contratavam fretes, conforme a necessidade¹³.

Aspectos econômicos da indústria madeireira

A indústria madeireira teve grande impacto econômico na região deste estudo, ocasionando o desenvolvimento do comércio e serviços, além, claro, da produção de madeiras. Pode-se afirmar, com segurança, que a atividade das indústrias madeireiras foi responsável pela própria configuração sócio-espacial de Anita Garibaldi no século XX.

As florestas de araucárias e madeiras de lei do município de Anita Garibaldi foram capitalizadas, isto é, foram exploradas sob o ponto de vista econômico, visando-se obter lucro através da produção de madeira.

Para os proprietários de terras, colonos e fazendeiros, a atividade madeireira surgiu como uma nova fonte de renda, sem muito custo e com grande rentabilidade. Os fazendeiros e colonos vendiam os pinheiros e os madeireiros se encarregavam das derrubadas e transportes até as serrarias, ficando o proprietário da terra com o terreno limpo para aumentar a criação de animais ou fazer lavouras¹⁴.

Entre os benefícios da indústria madeireira no período tem-se o crescimento do distrito e com isto diversas melhorias, como a criação do Colégio Santa Maria Goretti, a construção do Hospital Frei Rogério e da Igreja Matriz, bem como o movimento político pela criação do município. A segunda metade da década de 1950, período da construção da Igreja Matriz de

13 RODRIGUES, Elias Lameu. Entrevista concedida a Gil Karlos Ferri. Anita Garibaldi, 03 de julho de 2014. Acervo do autor.

14 GOULARTI FILHO, Alcides. *Op. Cit.* p. 145.



Anita Garibaldi, representa um período de euforia econômica para o local. A quantidade de madeira doada pelos empresários a esta construção impressiona, afinal, muitos recursos foram necessários para a concretização das grandes dimensões projetadas neste templo, chamando atenção à altura de sua torre, estando entre as maiores do Estado de Santa Catarina. Na figura 03 temos a fotografia de uma etapa da construção da Igreja matriz Santa Bárbara, onde aparecem algumas estruturas em madeira.

Figura 03 - Construção da Igreja Matriz Santa Bárbara. Anita Garibaldi, 1959.



Acervo: Paróquia Santa Barbara. Anita Garibaldi – SC.

Geralmente, um trabalhador de serraria ganhava um salário-mínimo mensal. Poucas pessoas, como era o caso dos serradores, ganhavam mais que isso. Alguns conseguiram comprar um pequeno lote de terra, mas a maioria não conseguiu economizar dinheiro suficiente para comprar um terreno próprio. Não podiam adquirir muita coisa, apenas trabalhavam para as despesas básicas. Terminado o ciclo da madeira, a maioria dos que trabalhavam nas serrarias foram embora. Os que ficaram passaram a trabalhar na agricultura ou foi para as periferias dos núcleos urbanos.¹⁵ Muitos trabalhadores, quando foram se aposentar, não possuíam tempo de serviço suficiente nas serrarias, e tiveram que se aposentar pelo fundo rural¹⁶.

15 RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Júlio; POZENATO, José Clemente. Fronteiras sem Divisas: aspectos históricos e culturais da UHE Barra Grande. Caxias do Sul: EducS, 2005. p. 164.

16 Ibidem, p. 168.

A euforia da indústria madeireira durou enquanto havia pinheiros para extração. Com o esgotamento das reservas florestais de araucária e a proibição do corte a região serrana entrou em uma grande regressão econômica que até o momento busca novas possibilidades de crescimento. A região que durante as décadas de 1950 e 1960 foi o maior pólo de atração de migrantes, nas décadas seguintes tornou-se o maior pólo de repulsão populacional do Estado¹⁷.

Segundo Alcides Goularti Filho, em função do esgotamento das reservas, das restrições do IBDF (Instituto Brasileiro de Defesa Florestal – incorporado pelo IBAMA em 1989) e do não reflorestamento paralelo, o período após 1970 é marcado pela decadência das atividades madeireiras e, conseqüentemente, da economia serrana na sua totalidade. Com a regressão econômica, muitas serrarias transferiram-se para a região Norte ou para os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Outras madeireiras trocaram de ramo, indo para outros setores como o alimentício, ou simplesmente fecharam. Ainda conforme Goularti Filho:

Após a queda das atividades madeireiras não houve uma diversificação industrial capaz de manter e expandir a renda regional. Na época do auge da madeira, muitos madeireiros aplicavam seus lucros na compra de novas reservas de pinheiros, sempre renovando o estoque. Não houve uma preocupação da burguesia local em diversificar o próprio setor madeireiro (móveis, compensados, papel e celulose)¹⁸.

Ou seja, mesmo com a atividade madeireira iniciada na década de 1940, não ocorreu a transformação do capital mercantil e industrial, e a base da economia serrana ainda era o extrativismo vegetal predatório e primitivo.

Na década de 1970, os madeireiros já haviam extraído as araucárias de maior porte, e para abastecer suas serrarias passaram a comprar pinheiros de terceiros. Diante da alta valorização do pinhal em pé, iniciaram a derrubada dos pinheiros jovens, até que estes também rarearem. A produção, então, caiu vertiginosamente, pois o custo da matéria-prima pinheiro atingiu níveis absurdos, com tendência ainda de alta, devido a pouca oferta da mesma. Isto fez com que as madeiras serradas subissem na mesma proporção, atingindo níveis de 120% de acréscimo ao ano. O encarecimento da madeira de pinho fez com que o

17 GOULARTI FILHO, Alcides. *Op. Cit.*, p. 145.

18 GOULARTI FILHO, Alcides. *Op. Cit.*, p. 258.



mercado se retraísse, abrindo perspectivas para produtos de outras espécies, as latifoliadas, e logo a seguir, das árvores exóticas, como o *Pinus spp*¹⁹.

A atuação de diversas madeireiras em Anita Garibaldi, que eram vistas como um importante fator de crescimento econômico que acabou por exaurir praticamente todas as reservas florestais economicamente viáveis. De acordo com Auri Pedro Grunitzki, a década de 1970 foi o marco final da exploração da araucária, devido a falta de pinheiros e a burocracia imposta aos madeireiros. Neste mesmo período as madeiras latifoliadas foram aproveitadas pela indústria, inclusive para fabricação de móveis, aberturas e demais produtos²⁰.

O processo de burocratização da atividade extrativista vegetal teve seu desenvolvimento ao longo de décadas, quase sempre guiado por órgão federais e/ou estaduais. Segundo Eunice Nodari, desde a Constituição de 1934 se prevê em lei a proteção ambiental. A partir daí o Estado de Santa Catarina promulgou em 1938 o Decreto-Lei n. 132, determinando providências em defesa do patrimônio florestal. Dentre as exigências deste Decreto-Lei estava a obrigatoriedade de registro para as serrarias, e, no caso de descumprimento, estas poderiam ser multadas e ter sua madeira impedida de ser vendida ou exportada²¹.

Em 1941 foi criado o Instituto Nacional do Pinho (INP), órgão que representava os interesses dos empresários madeireiros. Suas finalidades eram: fomentar o comércio do pinho, fixar seu preço no mercado, estabelecer as normas de funcionamento das madeireiras, fiscalizar e punir os infratores e promover o reflorestamento.²² As reivindicações de muitos madeireiros foram expostas por meio do INP, observamos na publicação de 1950 do Jornal Região Serrana que:

As dificuldades que enfrenta atualmente a classe madeireira do Estado reside na falta de financiamento dos estoques. Num momento como o presente, de aperturas financeiras, como o mercado argentino impossibilitado de realizar compras no Brasil, por razão interna dos compradores e pela falta de divisas,

19 THOMÉ, Nilson. Ciclo da Madeira: história da devastação da floresta da Araucária e do desenvolvimento da indústria madeireira em caçador e na região do Contestado no século XX. Caçador: Imprensa Universal, 1995. p. 142.

20 GRUNITZKI, Auri Pedro. Entrevista concedida a Gil Karlos Ferri. Anita Garibaldi, 21 de outubro de 2013. Acervo do autor.

21 NODARI, E. S. Unidades de conservação de proteção integral: solução para a preservação? Floresta com araucárias em Santa Catarina. Revista Esboços, Florianópolis, v. 18, n. 25, p. 96-117, ago., 2011. p. 99-100.

22 Ibidem, p. 101.



nada mais justo que o governo acudir a indústria da madeira, facilitando os meios de subsistência para que possa superar a crise²³.

O Serviço Florestal do Estado (SFE) foi criado em 1948, tendo por finalidade proteger as florestas do Estado por meio de formação, fomento, proteção e melhor utilização dos recursos vegetais.²⁴ Porém, segundo Eunice Nodari “o problema não estava na falta de legislação e sim na aplicação das mesmas e ainda na falta de uma opinião pública atuante na defesa da preservação e do reflorestamento”²⁵.

Com o escasseamento das araucárias e das espécies latifoliadas, não foi realizada a recomposição da floresta, mas sim o plantio de espécies exóticas dos gêneros *Pinus* ou Eucalipto. O próprio governo do Estado de Santa Catarina quando produziu projetos de reflorestamento, levou em consideração aspectos meramente financeiros, já que se buscava a praticidade para tal empreendimento²⁶.

A partir da década de 1980 apareceram na paisagem de Anita Garibaldi diversas áreas de reflorestamento de *pinusspp*, destinados para a produção de madeira e seus subprodutos. Apesar dos malefícios ao ambiente causados por essa espécie exótica, o pinus representa uma renda para muitos proprietários de terra do município.

A indústria madeireira sob a crítica da História Ambiental

No decorrer do século XX, com o desenvolvimento da indústria madeireira, as espécies economicamente rentáveis foram extraídas, gerando capital para os madeireiros e os proprietários de terras – interessados em ‘limpar o terreno’ para o cultivo agrícola e a criação de animais. Neste sentido, concorda-se com Paulo Afonso Zarth ao observar que:

Até recentemente, a história da agricultura era analisada através da ideia de progresso, que implicava a destruição da floresta e a introdução de modernas técnicas europeias, em substituição aos supostos métodos arcaicos dos povos

23 A Crise da Madeira e o Instituto do Pinho. Jornal Região Serrana, n. 179, ano 05. Lages, 16 de janeiro de 1950. p. 01. Acervo: Museu Thiago de Castro. Lages – SC.

24 SANTA CATARINA. Lei n. 181. Cria o Serviço Florestal do Estado. Palácio do Governo. Florianópolis. 22 de novembro de 1948. Disponível em <200.192.66.20/alesc/docs/1948/181_1948_Lei.doc>. Acesso em: 05jul. 2014.

25 NODARI, E. S. Unidades de conservação de proteção integral: solução para a preservação? Floresta com araucárias em Santa Catarina. Revista Esboços, Florianópolis, v. 18, n. 25, p. 96-117, ago., 2011. p. 102.

26 MORETTO, S. P. Remontando a floresta: a implementação do pinus e as práticas de reflorestamento na região de Lages (1960 - 1990). Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. p. 182.



nativos e das populações tradicionais. Agora essa posição está sob forte crítica acadêmica, tanto da história ambiental como da história agrária²⁷.

A inserção da região no cenário econômico estadual, através do cultivo agrícola e da extração de madeiras, teve implicações ambientais, especialmente as relacionadas com a floresta, acarretando a perda de sua biodiversidade vegetal e faunística. Entre as décadas de 1940 e 1980 o município teve grande parte de suas florestas reduzidas a tábuas de madeira, tanto para o consumo local quanto para abastecer o mercado interno e externo.

Durante o século XX o poder público estadual e federal criou órgãos e leis relacionados às questões ambientais. O Serviço Florestal foi criado no país em 1921, ficando subordinado ao Ministério da Agricultura por meio do Decreto-Lei n. 982, de 23 de dezembro de 1938. Em 1934 a Constituição Federal incluiu na legislação o conceito de ‘monumento público natural’ e o Código Florestal introduziu a noção de ‘área reservada’. Na década de 1940, haja vista a importância dos recursos vegetais à economia; foi criado o Serviço Florestal do Estado. Em mensagem à Assembleia Legislativa no ano de 1948, o governador Aderbal Ramos da Silva justifica a criação do serviço apontando que:

O desmatamento de nossas terras, a queima inconsciente, o corte das madeiras de lei e a diminuição progressiva das nossas matas, fizeram necessária a criação de um serviço florestal no Estado, ao qual fossem atribuídos os serviços de preservação de florestas existentes, reflorestamento das zonas desnudadas e estudos das nossas matas²⁸.

A nível nacional, em 1988 a Constituição Federal dedicou um capítulo inteiro referindo-se ao meio ambiente, definindo a Mata Atlântica como Patrimônio Nacional.²⁹

O modo de exploração madeireira foi considerado inadequado por não ter considerado qualquer orientação técnica que assegurasse a perpetuação da flora, isto é, o desmatamento predatório não possibilitou a recomposição das florestas afetadas.

Do ponto de vista econômico, a indústria madeireira gerou um capital frágil, pois com o fim das reservas florestais e a proibição do corte muitos empresários não mantiveram seus ganhos, ocasionando, inclusive, na total falência de muitos madeireiros. Esta recessão econômica da atividade motivou alguns a migrarem para o Centro-Oeste e Norte do país,

27 ZARTH, Paulo Afonso. Agricultura e impactos ambientais no Planalto do Rio Grande do Sul. In: NODARI, E. S.; KLUG, João. História ambiental e migrações. São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 55.

28 SANTA CATARINA. Mensagem do governador dr. Aderbal Ramos da Silva à Assembléia Legislativa. Florianópolis, 1948. p. 99. Acervo: APESC.

29 BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.



porém, a grande maioria que não dispunha mais de recursos financeiros permaneceu na região ou dispersou-se para outros centros urbanos.

Nas décadas de 1970 e 1980 a quantia de lucro obtida com a venda da madeira reduzia paralelamente com a redução das florestas. Medidas foram tomadas por parte dos governantes mesmo antes da acentuada decadência. A atividade de reflorestamento foi incentivada pelo governo estadual, numa justificativa de apoio a famílias de baixa renda e na crença de um dito ‘reflorestamento’. Foram aprovados projetos relacionados com o ‘desenvolvimento florestal’ e o Programa Florestal Catarinense³⁰. Porém, constata-se que o governo produziu projetos de reflorestamento levando em consideração os aspectos meramente financeiros, já que se buscava a praticidade para tal empreendimento³¹. Ou seja, conforme observou Samira Moretto, “mesmo depois de averiguada que a FOM fora desmatada em grande escala, as medidas tomadas foram para a manutenção do setor madeireiro e não para a recuperação da floresta”³². A demanda por madeira impulsionou a cultura exótica das espécies pinus e eucalipto, resultando em acirradas discussões que se estendem por décadas, com argumentos econômicos favoráveis e argumentos ambientais contrários.

A Lei Federal n. 11.428 de 22 de dezembro de 2006, conhecida como a Lei da Mata Atlântica, tem sido importante para a preservação dos remanescentes deste bioma. Em 21 de novembro de 2008 o Decreto n. 6.660 regulamentou a lei supracitada, estabelecendo de que maneira podem ocorrer as intervenções na vegetação nativa, isso, claro, mediante o uso sustentável dos recursos e se assim for permitido³³.

A área de floresta de Santa Catarina, assim como o resto do Brasil, está perdendo ano a ano a identidade original, uma vez que a intervenção humana fragmentou e degradou este ecossistema. Embora presente, a sucessão florestal está ocorrendo em fragmentos, o que não é suficiente para recuperar a fisionomia original das regiões desflorestadas³⁴. Na figura 04, pode ser observada a vista aérea da localidade de Santa Ana, onde aparecem fragmentos florestais da FED e da FOM. Assim como boa parte do território do município, a região passou por um

30 ROSSI, E. M. Z.; NODARI, E. S. Araucária - o símbolo de uma era: *o Parque Nacional das Araucárias e a Estação Ecológica da Mata Preta – e os reflexos regionais*. Relatório final de pesquisa - CNPq. Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

31 MORETTO, S. P. Remontando a floresta: a implementação do pinus e as práticas de reflorestamento na região de Lages (1960 - 1990). Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. p. 182.

32 Ibidem, p. 69.

33 NODARI, E. S. Unidades de conservação de proteção integral: solução para a preservação? Floresta com araucárias em Santa Catarina. Revista Esboços, Florianópolis, v. 18, n. 25, p. 96-117, ago., 2011. p. 114.

34 NODARI, E. S.; FERRI, G. K. A natureza dominada: ocupação e desmatamento no Rio Grande do Sul e no Oeste de Santa Catarina (1875 – 1970). Relatório final de pesquisa. CNPq. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. p. 18.



intenso desmatamento com a colonização do início do século XX, e, recentemente, com formação do lago da UHE Campos Novos (2006) teve as margens do rio Canoas alagadas, ocasionando um grande impacto socioambiental.

Figura 04 - Vista aérea da localidade de Santa Ana. Anita Garibaldi, 2002.



Acervo: ENERCAN - Campos Novos Energia S.A.

A expansão do cultivo agrícola e da criação de animais nas pequenas, médias e grandes propriedades continua a causar desmatamentos. Ao analisar o processo histórico das violências ambientais no oeste catarinense, Eunice Nodari apresenta uma revisão atualizada da questão. Segundo Nodari, com as proibições e a fiscalização governamental novas formas de desmatamento foram criadas: alguns proprietários adotam a estratégia de ‘roer pelas bordas’, isto é, desmatam anualmente pequenas faixas de floresta na margem externa dos remanescentes; outros desmatam de ‘dentro para fora’, deixando as bordas dos remanescentes. Esses métodos dificultam a fiscalização, pois muitas vezes quando essas ações são descobertas os danos já foram efetuados³⁵.

Ainda de acordo com Nodari, temos outros agravantes ambientais na contemporaneidade: a expansão da monocultura do *Pinusspp* e eucaliptos; e a instalação de

35 NODARI, E. S. Um olhar sobre o processo histórico de violências ambientais no oeste de Santa Catarina. In: BONAMIGO, Irme Salete; CHAVES, Luiz Carlos. Violências e segurança pública na contemporaneidade: um desafio às tecnologias e inovações sociais. Chapecó: Argos, 2013. p. 263-264.

usinas hidrelétricas; e o modelo de reforma agrária adotado pelo Governo Federal, no qual as áreas dos assentamentos rurais são desmatadas – tanto pelos proprietários desapropriados quanto pelos agricultores que as ocupam³⁶.

O registro de estiagens nos municípios de Anita Garibaldi e Celso Ramos, assim como em toda região Oeste de Santa Catarina, tem crescido em decorrência da ação antrópica, com o aumento da população e o mau uso dos solos. Entre os fatores que favorecem as secas, destacam-se o desmatamento, as queimadas, a poluição atmosférica e a compactação e impermeabilização do solo³⁷.

Os resquícios de florestas que ainda existem são explorados para coleta de lenha para fogões e lareiras, sendo que em alguns casos as árvores chegam a ser derrubadas para tal finalidade³⁸. Os impactos da geração de energia e calor através dos recursos vegetais representam uma porção significativa entre as ações de devastação ainda em curso.

Se levarmos em conta a história da colonização para a região deste estudo, perceberemos que seus objetivos socioeconômicos foram alcançados, ou seja, a vegetação densa que os antigos moradores relatam ter encontrado cedeu lugar às lavouras e habitações - símbolos do progresso e do triunfo humano sobre a natureza. Mas, precisamos reconsiderar esta trajetória sob uma perspectiva que extrapole o discurso oficial e memorialístico. Durante todo o século XX as inúmeras levas de imigrantes e migrantes não avaliaram os ganhos futuros proporcionados pela preservação, afinal, naquele momento histórico a questão ambiental não preocupava a população trabalhadora do interior. Assim, com o esgotamento do solo ou por questões econômicas, muitos pequenos proprietários tiveram que vender a terra, contribuindo para a formação de latifúndios com pastagens, monoculturas (soja) e o plantio homogêneo de pinus e eucaliptos. Em resumo da análise deste processo, Eunice Nodari alerta que:

Sempre que os interesses econômicos de uma minoria se sobrepuserem aos interesses maiores da sociedade, os reflexos repercutem não somente nos seres humanos, mas em toda a natureza. As florestas acabam sucumbindo, e com elas se vai a sua biodiversidade e se perdem as perspectivas diferenciadas de sustentabilidade³⁹.

36 Ibidem, p. 266.

37 ESPÍNDOLA, M. A.; NODARI, E. S. Relações complexas: as estiagens no Oeste de Santa Catarina. In: CORREA, S. M. S.; NODARI, E. S. Migrações e natureza. São Leopoldo: Oikos, 2013. p. 177.

38 BAESA. Plano diretor do município de Anita Garibaldi – SC. Energética Barra Grande S.A., 2004. p. 17.

39 NODARI, E. S. As florestas do sul do Brasil: entre discursos de preservação e ações de devastação. In: DRUMMOND, J. A.; FRANCO, J. L. A.; SILVA, S. D.; TAVARES, G. G. História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação. Rio de Janeiro: Garamond, 212. p. 260.

A importância atual das discussões ambientais, a produção de conhecimento no tema, o envolvimento coletivo, e, por objetivo, a preservação das florestas, vem se fortalecendo devido a constatação de que os danos a natureza são irreversíveis e fatais à espécie humana. Assim, constata-se que o estudo crítico e histórico dos aspectos socioambientais de Anita Garibaldi é relevante, pois os fragmentos de Mata Atlântica existentes no território do município se encontram ameaçados de extinção e sem infraestrutura suficiente para o seu reparo.

As questões analisadas e/ou apresentadas neste trabalho são cruciais não apenas para o entendimento do passado, mas principalmente para as perspectivas de futuro. A afirmativa do historiador Arnold Joseph Toynbee é pertinente e nos serve de reflexão:

A biosfera é estritamente limitada em seu volume e, por isso, contém um estoque também limitado dos recursos de que as várias espécies de seres vivos têm de lançar mão para se manterem. Alguns desses recursos são renováveis; outros, insubstituíveis. Qualquer espécie que utilize demais seus recursos renováveis ou esgote os insubstituíveis condena-se à extinção⁴⁰.

O conhecimento histórico sobre este passado um tanto quanto recente pode favorecer uma crítica construtiva acerca da nossa interação com o meio ambiente. Afinal, o equilíbrio no uso dos recursos naturais é fundamental para a continuidade da trajetória humana sob a terra.

O município de Anita Garibaldi precisa repensar seu modo de interagir com a fauna e a flora do seu território. Se as ações desordenadas de desmatamento continuarem muito em breve o trecho de ‘verdes matas a te circundar’ será apenas uma linguagem poética no hino municipal. Depende de nós, cidadãos e governantes, garantir que os fragmentos de vegetação remanescente possam se regenerar, proporcionando condições de vida para todas as espécies – inclusive a humana.

Referências

A Crise da Madeira e o Instituto do Pinho. *Jornal Região Serrana*, n. 179, ano 05. Lages, 16 de janeiro de 1950. p. 01. Acervo: Museu Thiago de Castro. Lages – SC.

40 TOYNBEE, Arnold Joseph. A Humanidade e a Mãe Terra: uma história narrativa do mundo. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 22-40.



BAESA. *Plano diretor do município de Anita Garibaldi – SC*. Energética Barra Grande S.A., 2004.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

ESPÍNDOLA, M. A.; NODARI, E. S. Relações complexas: as estiagens no Oeste de Santa Catarina. In: CORREA, S. M. S.; NODARI, E. S. *Migrações e natureza*. São Leopoldo: Oikos, 2013.

GOULARTI FILHO, Alcides. *Formação Econômica de Santa Catarina*. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

GRUNITZKI, Auri Pedro. Entrevista concedida a Gil Karlos Ferri. Anita Garibaldi, 21 de outubro de 2013. Acervo do autor.

LORENSI, Ivanei de. Entrevista concedida a Gil Karlos Ferri. Anita Garibaldi, 22 de junho de 2014. Acervo do autor.

MORETTO, S. P. *Remontando a floresta: a implementação do pinus e as práticas de reflorestamento na região de Lages (1960 - 1990)*. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

NODARI, E. S. As florestas do sul do Brasil: entre discursos de preservação e ações de devastação. In: DRUMMOND, J. A.; FRANCO, J. L. A.; SILVA, S. D.; TAVARES, G. G. *História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação*. Rio de Janeiro: Garamond, 212.

NODARI, E. S.; FERRI, G. K. *A natureza dominada: ocupação e desmatamento no Rio Grande do Sul e no Oeste de Santa Catarina (1875 – 1970)*. Relatório final de pesquisa. CNPq. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

NODARI, E. S.; KLUG, João. *História ambiental e migrações*. São Leopoldo: Oikos, 2012.

NODARI, E. S. Um olhar sobre o processo histórico de violências ambientais no oeste de Santa Catarina. In: BONAMIGO, Irme Salete; CHAVES, Luiz Carlos. *Violências e segurança pública na contemporaneidade: um desafio às tecnologias e inovações sociais*. Chapecó: Argos, 2013.

NODARI, E. S. Unidades de conservação de proteção integral: solução para a preservação? Floresta com araucárias em Santa Catarina. *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 18, n. 25, p. 96-117, ago., 2011.

PAESE, Plínio. Entrevista concedida a Cláudio Rogério Silveira. Lages, s.d. In: SILVEIRA, C. R. *História da Indústria da Madeira: Serra Catarinense (1940 – 2005)*. Lages: Editora do Autor, 2005.

RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Júlio; POZENATO, José Clemente. *Fronteiras sem Divisas: aspectos históricos e culturais da UHE Barra Grande*. Caxias do Sul: Educs, 2005.



RODRIGUES, Elias Lameu. Entrevista concedida a Gil Karlos Ferri. Anita Garibaldi, 03 de julho de 2014. Acervo do autor.

ROSSI, E. M. Z.; NODARI, E. S. Araucária - o símbolo de uma era: *o Parque Nacional das Araucárias e a Estação Ecológica da Mata Preta – e os reflexos regionais*. Relatório final de pesquisa - CNPq.Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

SALMÓRIA, Naziozeno. Entrevista concedida a Gil Karlos Ferri e Mariana de Lorensi. Anita Garibaldi, 22 de junho de 2014. Acervo do autor.

SANTA CATARINA. *Lei n. 181*. Cria o Serviço Florestal do Estado. Palácio do Governo. Florianópolis. 22 de novembro de 1948. Disponível em <200.192.66.20/alesc/docs/1948/181_1948_Lei.doc>. Acesso em: 01 out. 2016.

SANTA CATARINA. *Mensagem do governador dr. Aderbal Ramos da Silva à Assembleia Legislativa*. Florianópolis, 1948. p. 99. Acervo: APESC.

SILVEIRA, C. R. *História da Indústria da Madeira: Serra Catarinense (1940 – 2005)*. Lages: Editora do Autor, 2005.

THOMÉ, Nilson. *Ciclo da Madeira: história da devastação da floresta da Araucária e do desenvolvimento da indústria madeireira em caçador e na região do Contestado no século XX*. Caçador: Imprensa Universal, 1995.

TOYNBEE, Arnold Joseph. *A Humanidade e a Mãe Terra: uma história narrativa do mundo*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

WENTEZ, IraniaDexheimer. Entrevista concedida a Gil Karlos Ferri. Anita Garibaldi, 30 de agosto de 2013. Acervo do autor.

ZANONI, José Afonso. Entrevista concedida a Gil Karlos Ferri. Anita Garibaldi, 27 de setembro de 2013. Acervo do autor.

Recebido em 03 de outubro de 2016.

Aceito para publicação em 22 de agosto de 2017.

